

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício de 2021 a DTVM apresentou um lucro de

R\$ 58.175 mil, correspondente a R\$ 1.163,50 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 41.929 mil. Em 31 de dezembro de 2021 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 10.141,24, um aumento de 12,96% em relação ao período anterior. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto na data deste relatório por quatro membros, todos eles diretores do

Banco J.P. Morgan S.A.. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 22 de março de 2022.

São Paulo, 22 de março de 2022
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Dezembro	Dezembro	Passivo	Nota	Dezembro	Dezembro
		2021	2020			2021	2020
Circulante		1.934.920	1.067.568	Circulante		1.430.746	621.619
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.929.190	715.766	Negociação e intermediação de valores.....	6	1.388.211	593.257
Disponibilidades.....		221	254	Obrigações fiscais correntes.....	8a	38.082	23.105
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....		1.928.969	715.512	Outros passivos.....	7	4.453	5.257
Instrumentos financeiros	5	-	345.846	Não circulante		30.789	25.668
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....		-	345.846	Obrigações fiscais diferidas.....	8b	4.661	-
Outros ativos	7	5.730	5.956	Outros passivos.....	7	165	245
Não circulante		33.677	28.606	Provisões para passivos contingentes		-	-
Realizável a longo prazo		33.492	28.349	e obrigações legais.....	9	25.963	25.423
Ativos fiscais diferidos	8b	6.820	2.100	Patrimônio líquido	10	507.062	448.887
Outros ativos	7	26.672	26.249	Capital social.....		274.104	274.104
Investimentos		1	1	Reservas de capital.....		2.584	2.584
Outros investimentos.....		1	1	Reservas de lucros.....		230.374	172.199
Imobilizado		184	256				
Outras imobilizações de uso.....		811	852				
(-) Depreciações acumuladas.....		(627)	(596)				
Total do ativo		1.968.597	1.096.174	Total do passivo e patrimônio líquido		1.968.597	1.096.174

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Subvenções para investimento	Legal	Estatutária	acumulados		
Em 31 de dezembro de 2019		274.104	2.584	29.806	100.464	-	406.958
Lucro líquido do período.....		-	-	-	-	41.929	41.929
Destinações.....		-	-	-	-	(2.097)	-
Reserva legal.....	10	-	-	2.097	-	(2.097)	-
Reserva estatutária.....	10	-	-	-	39.832	(39.832)	-
Em 31 de dezembro de 2020		274.104	2.584	31.903	140.296	-	448.887
Lucro líquido do período.....		-	-	-	-	58.175	58.175
Destinações.....		-	-	-	-	-	-
Reserva legal.....	10	-	-	2.909	-	(2.909)	-
Reserva estatutária.....	10	-	-	-	55.266	(55.266)	-
Em 31 de dezembro de 2021		274.104	2.584	34.812	195.562	-	507.062
Em 30 de junho de 2021		274.104	2.584	32.918	140.296	19.280	469.182
Lucro líquido do período.....		-	-	-	-	37.880	37.880
Destinações.....		-	-	-	-	-	-
Reserva legal.....	10	-	-	1.894	-	(1.894)	-
Reserva estatutária.....	10	-	-	-	55.266	(55.266)	-
Em 31 de dezembro de 2021		274.104	2.584	34.812	195.562	-	507.062

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora" ou "Instituição") é uma controlada direta do Banco J.P. Morgan S.A., constituída na forma de sociedade anônima e com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – São Paulo/SP. Suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Distribuidora foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 22 de março de 2022.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis individuais da instituição foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução nº 4.818, do CMN, e a Resolução nº 2 do BACEN, estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, vigentes a partir de janeiro de 2021. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site <https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures>.

3. Principais práticas contábeis
a) Apuração do resultado - É apurado pelo regime de competência.
b) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.

c) Imobilizado - Representado, principalmente, por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. Conforme Resolução nº 4.535 do CMN, a depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

d) Passivos circulante e não circulante - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos.

e) Passivos contingentes e obrigações legais - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Os processos cujos riscos de perda jurídica e/ou financeira sejam classificados como remoto, não são provisionados nem divulgados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigações legais são integralmente provisionados. O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.

f) Imposto de renda e contribuição social - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre a integralidade da base mais 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada até junho de 2021 à alíquota de 15% e entre julho de 2021 e dezembro de 2021 à alíquota de 20%, seguindo a majoração prevista na Lei nº 14.183/21 (conversão da MP nº 1.034/21). Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados contabilmente para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2021, (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização das alíquotas de 15% sobre ajustes temporários.

g) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento em até 3 meses.

4. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento em até 3 meses.

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Disponibilidades.....	221	254
Aplicações em operações compromissadas - posição bancada.....	1.928.969	109.892
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	-	605.620
Total	1.929.190	715.766

5. Instrumentos financeiros: São representados por aplicações em depósitos interfinanceiros com prazo original de vencimento superior a 3 meses.

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	-	345.846
Total	-	345.846

6. Negociação e intermediação de valores: Referem-se a credores por conta de liquidações pendentes no valor de R\$ 1.388.211 (dezembro de 2020 – R\$ 593.257), em decorrência do serviço de custódia prestado pela Instituição.

7. Outros ativos e outros passivos: Outros ativos estão representados, principalmente, por provedores por depósitos em garantia, relacionados a obrigações fiscais e previdenciárias, no valor de R\$ 26.672 (dezembro de 2020 – R\$ 26.249) e rendas a receber no valor de R\$ 4.567 (dezembro de 2020 – R\$ 5.142). Outros passivos referem-se, principalmente, à provisão para pagamentos relacionados à despesa de pessoal no valor de R\$ 2.100 (dezembro de 2020 – R\$ 2.105), despesas administrativas no valor de R\$ 2.015 (dezembro de 2020 – R\$ 2.005) e valores a pagar a sociedades ligadas no valor de R\$ 18 (dezembro de 2020 – R\$ 1.263).

8. Imposto de renda e contribuição social
a) Obrigações fiscais correntes: Referem-se, principalmente, a provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no montante de R\$ 36.240 (dezembro de 2020 – R\$ 21.851).
b) Ativos e obrigações fiscais diferidos: A natureza e a origem do imposto de renda e a contribuição social diferidos são demonstrados como segue:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Contingências.....	5.433	750
Provisão de honorários advocatícios.....	769	786
Provisão para participações nos lucros.....	579	512
Outros.....	39	52
Créditos tributários - ativo	6.820	2.100
Obrigações fiscais diferidas - passivo	4.661	-

Em 2021 foi constituído crédito tributário sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 5.220 (dezembro de 2020 – R\$ 506) e realizado R\$ 500 (dezembro de 2020 – R\$ 446). Em 2021 foi constituído passivo fiscal diferido no valor de R\$ 4.661. A provisão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 6.820 (dezembro de 2020 - R\$ 2.100) é estimada conforme abaixo:

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano
9%	2%	2%	5%	5%	9%	9%	19%	18%	22%

Com base na Resolução nº 4.818 do CMN e a Resolução BCB nº 2 os créditos tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. A Distribuidora considerou, prospectivamente, os critérios de compensação de ativos e passivos fiscais diferidos estabelecidos pela Resolução nº 4.842 do CMN, que entrou em vigor em janeiro de 2021. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 3.425 (dezembro de 2020 - R\$ 1.472). A Distribuidora reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 2021 e 2020.

c) Resultado de imposto de renda e contribuição social: O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Resultado antes do IRPJ e CSLL	101.837	69.715
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes.....	(45.827)	(27.886)
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(17)	(102)
Efeito CSLL (5%).....	1.999	-
Outros.....	183	202
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos.....	2.165	100
Total da despesa de IRPJ e CSLL no período	(43.662)	(27.786)

9. Passivos contingentes e obrigações legais: A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda e (ii) cobrança de alíquota diferenciada da CSLL em relação às empresas não financeiras. As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, e as variações no período estão assim apresentados:

	Provisões	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Fiscais e previdenciárias - obrigações legais.....	25.963	25.423
Total	25.963	25.423

	Fiscais e Previdenciárias - Obrigações Legais	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	25.423	25.104
Despesas financeiras - juros.....	462	319
Constituições.....	78	-
Saldo final	25.963	25.423

10. Patrimônio líquido: O capital social é representado por 50.000 ações ordinárias sem valor nominal. O estatuto assegura um dividendo mínimo anual de 3% do capital realizado ou de 6,25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, dos dois o que resultar em menor montante, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Conforme deliberado em Reunião da Diretoria, foi aprovada a não distribuição de dividendos referente ao exercício de 2021. A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, antes de qualquer distribuição, até o limite de 20% do capital social. A Reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social.

11. Benefícios - Fundo de pensão: A Instituição é uma das patrocinadoras da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão ("Fundo"), constituído majoritariamente sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais, sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. A Distribuidora registrou despesa de R\$ 331 (dezembro de 2020 – R\$ 284) relacionada a contribuições para o Fundo.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Julho-Dezembro	Janeiro-Dezembro	Janeiro-Dezembro
		2021	2021	2020
Receitas de intermediação financeira		54.322	75.866	49.354
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....		54.322	75.866	49.354
Resultado bruto de intermediação financeira		54.322	75.866	49.354
Outras receitas (despesas) operacionais		13.709	25.971	20.361
Receitas de prestação de serviços.....	13a	29.268	60.726	57.679
Despesas de pessoal.....		(5.437)	(10.359)	(9.150)
Outras despesas administrativas.....	13b	(6.150)	(18.038)	(22.773)
Despesas tributárias.....		(3.992)	(6.615)	(5.256)
Outras despesas com provisões.....	13c	(286)	(540)	(319)
Outros resultados operacionais.....		306	797	180
Resultado operacional		68.031	101.837	69.715
Resultado antes da tributação sobre o lucro		68.031	101.837	69.715
Imposto de renda e contribuição social	8	(30.151)	(43.662)	(27.786)
Provisão para imposto de renda.....		(16.984)	(25.257)	(17.298)
Provisão para contribuição social.....		(13.478)	(18.464)	(10.548)
Ativo/(passivo) fiscal diferido.....		311	59	60
Lucro líquido do período		37.880	58.175	41.929
Quantidade de ações	10	50.000	50.000	50.000
Lucro líquido por ação no final do período - R\$		757,60	1.163,50	838,58

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Julho-Dezembro	Janeiro-Dezembro	Janeiro-Dezembro
	2021	2021	2020
Lucro líquido do período	37.880	58.175	41.929
Outros resultados abrangentes no período que podem ser reclassificados para o resultado.....	-	-	-
Outros resultados abrangentes no período que não podem ser reclassificados para o resultado.....	-	-	-
Total do resultado abrangente no período	37.880	58.175	41.929

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Julho-Dezembro	Janeiro-Dezembro	Janeiro-Dezembro
	2021	2021	2020

Atividades operacionais
Lucro líquido ajustado..... **37.596** **58.309** **41.944**
 Lucro líquido do período..... 37.880 58.175 41.929
 Ajuste ao lucro líquido:..... (284) 134 15
 Ativo fiscal diferido..... 8b (311) (59) (60)
 Atualização de depósitos judiciais..... (297) (423) (328)
 Provisões para contingências..... 9 286 540 319
 Depreciações..... 38 76 84

Variação de ativos e passivos..... **(947.745)** **1.155.119** **(316.871)**
 Redução/ (Aumento) em instrumentos financeiros..... - 345.846 (9.314)
 Redução em outros ativos..... 461 226 109
 Redução/ (Aumento) em negociação e intermediação de valores..... (971.795)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma

relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de

auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2022.



pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6